

Ata da 17ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida em 08 de outubro de 2004, 6ª feira, às 15 horas, na sala de reuniões do 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia

O representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon Gonçalves Silva, deu início à reunião dando boas vindas aos membros da Comissão e informando que o Ministro Eduardo Campos não poderia comparecer. Informou também que o Ministro Eduardo Campos havia confirmado sua presença na Décima Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima a se realizar em dezembro na Argentina.

1. Aprovação da Ata da 16ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo da Comissão, Dr José Domingos Gonzalez Miguez, informou que a ata foi enviada aos membros da Comissão no dia 05 de outubro. Não havendo comentários ou objeções dos presentes a ata foi considerada aprovada.

Em seguida, antes de se passar ao item seguinte da agenda, o Prof. Cylon Gonçalves Silva comentou o anúncio pelo jornais de que a Rússia iria ratificar o Protocolo de Quioto. Ressaltou a importância desse fato, pois se isso for verdade o Protocolo entraria em vigor. Informou ainda, a pedido do ministro Eduardo Campos que o presidente Lula deveria enviar uma carta ao Presidente Putin cumprimentando-o pela decisão. Informou também o interesse do governo Suíço no programa de combustíveis verdes, lançando o Projeto ETA e construindo até 2008 uma fábrica capaz de produzir 450 milhões de litros de etanol a partir de biomassa provenientes de excedentes agrícolas, batatas, cereais etc. e comentou a resistência do governo suíço em importar etanol do Brasil.

2. Relato pelo MRE sobre a reunião preparatória para 10ª Conferência da Partes, ocorrida em Buenos Aires, em setembro passado.

O representante do MRE, Conselheiro André Corrêa do Lago, fez relatos breves sobre a reunião que aconteceu antes da notícia da Rússia de encaminhar ao parlamento o Protocolo de Quioto. Mencionou que o Brasil foi representado Ministro Everton Vargas e nesta reunião a preocupação dos principais países negociadores era de estruturar uma agenda que desse importância à COP10. Foi decidido que se não houvesse novidade a COP10 poderia se concentrar na questão de adaptação porque até o momento a maioria das discussões tinham sido em torno da mitigação. Esse foco na questão da adaptação seria uma maneira de mostrar que as discussões na área de mudança do clima estão evoluindo, e que com o atraso na entrada em vigor do Protocolo de Quioto permitiria uma atenção maior a este tema que tem sido colocado em segundo plano. Ressaltou que outra questão importante e que foi trazida pelo Brasil seria dar um foco mais específico à transferência de tecnologia que é um tema discutido no âmbito da Convenção e Protocolo mais sempre com mais declarações do que com ações concretas. Observou que mesmo no caso do parlamento russo ratificar o protocolo, ele entrará em vigor somente 3 meses depois desse momento, e que por este motivo a COP10 não será a primeira reunião das Partes do Protocolo de Quioto. Comentou, no entanto, que se até a véspera da COP10 a Rússia anunciar a ratificação esse será o grande tema e a COP10 se tornará uma reunião de grande relevância. Informou que o MRE ficou muito satisfeito ao saber que o ministro Eduardo Campos irá para Conferência.

3. Relato pelo MRE sobre a reunião ocorrida no Japão sobre “Futuras Ações para Combater a Mudança do Clima”.

O representante do MRE relatou que três anos atrás o Japão decidiu organizar uma reunião informal sobre o futuro do regime de mudança do clima, e que essa reunião teve um sucesso moderado, por ser uma reunião pequena. No ano seguinte o Japão consultou o Brasil sobre a possibilidade de copatrocinio dessas reuniões que seriam então presididas por Japão e Brasil. No ano passado o Ministro Everton Vargas já co-presidiu a reunião que contou com os principais negociadores dos 30 países mais atuantes.

Neste ano, a reunião foi muito mais bem sucedida, pois foram os maiores negociadores da China, dos EUA, e todos os maiores negociadores dos países-chave e a discussão foi muito positiva. Na reunião do ano passado uma tema que foi considerado de grande relevância foi o da modelagem do clima. Por este motivo, este ano, um dia antes da reunião informal aconteceu uma reunião sobre modelagem que contou com a presença, representando o Brasil, da Dra. Maria Assunção Dias do CPTEC e do Dr. José Miguez., reunião que foi muito interessante. Em seguida houve dois dias de discussão informal. Esclareceu que a reunião é dita informal, pois quando a reunião é formal os negociadores só podem dizer o que tenha sido aprovado internamente em seus países, e na reunião informal a idéia é explorar possibilidades. Disse que neste sentido a reunião foi muito proveitosa uma vez que existem várias propostas alternativas sobre regime de mudança do clima aparecendo. Observou que é interessante o fato de que as ONGs, o Pew Center e outros que vêm organizando Fóruns paralelos concordaram que a estrutura da Convenção é a estrutura básica sobre a qual se deve trabalhar. Informou que as conclusões dessa reunião são deveriam ficar prontas na semana seguinte. Ressaltou a importância do Brasil na liderança na discussão da mudança do clima e a aceitação dessa forma paralela de discutir mas, deixando claro que ao se discutir não está se colocando em dúvida a estrutura da Convenção.

O Secretário Executivo complementou as colocações do Conselheiro André observando que na pré-conferência em Buenos Aires e, também, no Japão houve dois dias de debates, o primeiro sobre adaptação e o segundo dia sobre mitigação. E, Tóquio, durante a discussão sobre adaptação a representante da Argentina falou sobre as idéias de que a COP10 deveria ser voltada para questão da adaptação e houve uma clara divisão na importância de se focar na questão da adaptação. Em termos de mitigação o foco foi no que será feito além de Quioto, porque não havia certeza sobre a Rússia, muito embora o representante da Rússia presente á reunião disse que eles ratificariam o Protocolo.

4. Outros assuntos

Resposta à consulta do Secretariado da Convenção à Autoridade Nacional Designada.

O Secretário Executivo informou que foi feita uma consulta do Secretariado da Convenção à Autoridade Nacional Designada de cada país solicitando informações sobre qual será o timbre e o cabeçalho e o tipo de papel utilizado pela Autoridade Nacional Designada em sua Carta de Aprovação. Informa, também, algumas decisões do Conselho Executivo, inclusive a decisão tomada na 8ª reunião do Conselho, que para registrar projetos os países não precisam ser parte do Protocolo de Quioto, bastando apenas ter ratificado o Protocolo. Salientou que do ponto de vista do governo brasileiro essa decisão vai contra o Acordo de Marraqueche. Na resposta, foram colocadas algumas questões que o Brasil considera importante inclusive solicitando que o escritório legal da Convenção

se pronuncie a respeito dessa aparente não conformidade da decisão do Conselho Executivo frente ao Acordo de Marraqueche. Obviamente, se o protocolo de Quioto entrar em vigor toda esta questão se tornaria irrelevante.

Com relação a carta de aprovação o senhor Alexandre Strapasson, representante do Ministério do Meio Ambiente, observou existir um anseio das pessoas em saber sobre o teor da carta. Perguntou sobre a possibilidade da carta brasileira de aprovação de projetos MDL ser disponibilizada no site oficial da Comissão Interministerial. O Secretário Executivo da Comissão disse haver dois motivos para a não divulgação da carta: o primeiro era para evitar falsificações e o segundo é que a carta é específica para cada projeto, dela constando informações do projeto a que se refere. Informou que de fato ela já se tornou pública na página da Convenção do Clima pelo fato da Novagerar ter pedido registro do projeto no Conselho Executivo do MDL e dado que toda a informação sobre os projetos que pedem registro tem que estar disponível.

O representante do Ministério das Relações Exteriores ressaltou que a questão da carta de aprovação é bastante complexa e delicada, uma vez que cada país tem feito carta de aprovação diferente. O representante do MMA sugeriu que fosse disponibilizado apenas o texto básico da carta, mesmo que sem timbre e assinatura.

Guia de submissão de Projetos no âmbito do MDL.

O Secretário Executivo informou que a minuta do Guia já havia sido submetida aos membros da Comissão, mas a Secretaria não havia recebido nenhum comentário. Lembrou que com uma possível ratificação da Rússia, deverá haver uma maior submissão de projetos, e que estava sentindo a necessidade de avançar, tanto com uma 2ª Resolução da Comissão explicando os pontos que os proponentes dos projetos tem dúvidas como também fazer com o guia explicando passo-a-passo como deve ser feita a submissão de um projeto à aprovação.

O Sr. Alexandre Strapasson, sugeriu que a linguagem do Guia de submissão de Projetos no âmbito do MDL fosse simplificada.

O Dr. José Miguez solicitou que as sugestões fossem encaminhadas o mais rápido possível à Secretaria Executiva.

Neste momento o representante do MCT, Prof. Cylon Gonçalves Silva, informou que o Prof. Luiz Pinguelli Rosa foi nomeado Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Climáticas. O representante do MRE, Conselheiro André Lago, voltou a ressaltar a importância do Fórum ter assento na Comissão ainda que sem direito a voto. O Prof. Cylon disse que iria consultar o Ministro sobre esta questão.

Relato feito pelo Secretário Executivo da Comissão sobre o registro do projeto da empresa Nova Gerar no Conselho Executivo do MDL.

O Secretário Executivo informou que foi feito o pedido de registro da empresa NovaGerar no Conselho Executivo que tem um prazo de oito semanas para se manifestar. Durante este período, pelo menos 3 membros do conselho têm que pedir revisão para que ela aconteça e a revisão estará restrita à questão de validação. Disse que até o momento 3 projetos estão pedindo registro. Os dois outros projetos são projetos de queima de HFC-23 e estão localizados na Índia e na Coréia. Informou que o prazo final para revisão do projeto da NovaGerar pelo Conselho Executivo termina no dia 10 de novembro de 2004.

Alteração do Decreto da Comissão Interministerial para inclusão do Ministério das Cidades.

O Secretário Executivo informou que a exposição de motivos e a minuta do Decreto foram distribuídas aos Membros na pasta e que basicamente se estava propondo a exclusão do já extinto Ministério de Projetos Especiais e a inclusão do novo Ministério das Cidades e ao mesmo tempo alterando o nome dos ministérios que sofreram alteração. Informou ainda que estará sendo mandado para a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Planejamento.

Projetos de Lei em tramitação

O representante do Ministério da Agricultura João Salomão, indagou se não seria pertinente a Comissão Interministerial posicionar-se sobre os Projetos de Leis tramitando no Congresso Nacional sobre o tema de mudanças globais de clima, em especial o Projeto de Lei nº 3902/2004 do Deputado Ronaldo Vasconcelos que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

O Secretario Executivo da Comissão disse que as questões relacionadas à estudo de vulnerabilidade e mitigação não são atribuições da Comissão, e que portanto cabe a cada Ministério o trabalho de fazer independentemente seu posicionamento. O MME elaborou o PROINFA que é um projeto de mitigação. Disse que não cabe a Comissão tratar de mitigação e vulnerabilidade.

Lembrou, também, que Política Nacional de Mudança Climática, não é atribuição da Comissão, e que ela tem a atribuição de fazer pareceres sobre projetos de lei que envolvam mudanças climáticas apenas se for consultada. Observou que não cabe ao executivo questionar o que o poder legislativo está fazendo e que ele tem autoridade de fazer projetos em mudanças climáticas. Observou que o processo normal seria cada ministério fazer um parecer interno a seu Ministro.

Com relação à questão de documentos que serão discutidos na COP10 o representante do Ministério das Relações Exteriores, disse que o Itamaraty irá convocar reuniões preparatórias para COP10 nas quais serão levadas em conta as posições de todos os ministérios. Lembrou que esse é o procedimento adotado normalmente e que haverá no mínimo duas reuniões no mês de novembro, onde seriam discutidas abertamente as questões.

O Secretário Executivo, lembrou da importância de que as pessoas interessadas em ir à COP10 devem informar ao Itamaraty para que sejam incluídas na delegação brasileira. O representante do MRE informou também que foi enviado aos presidente da Câmara Deputados e do Senado Federal um aviso do ministro Celso Amorim convidando parlamentares para integrar a delegação e também serão enviados avisos para todos o ministros que integram a Comissão.

O Prof. Cylon Gonçalves Silva disse que a função primordial da Comissão, diz respeito ao papel do governo brasileiro como interlocutor da comunidade internacional. Observou que é sempre possível discutir outros tópicos relevantes, mas que a razão de existência da Comissão era a representação internacional e que as outras questões setoriais devem ser trazidas para a Comissão na medida que elas tenham reflexo sobre a posição internacional.

Não havendo mais assuntos a tratar o Prof Cylon encerrou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes.